

CAMPUS

Sem prisão antecipada

Com as audiências de custódia, metade dos presos do DF tem garantido o direito de aguardar o julgamento fora das grades. Após serem detidos em flagrante, a decisão é tomada em até 24 horas.

CARTA DA EDITORA

Esta é a terceira e última edição do **Campus** deste semestre. Com número reduzido de repórteres, novo formato e menos edições, o jornal que há 47 anos proporciona a vivência de uma rotina produtiva de redação chega ao número 439. Nesta edição, a atual equipe do **Campus** se despede com cinco matérias. Na página três, tratamos da realidade do transporte público em relação à acessibilidade na nova frota de ônibus de grandes empresas que já estão em funcionamento no DF. Falando em problemas, as dificuldades de infraestrutura enfrentadas pelos IFBs, causadas pelos cortes orçamentários do governo, ocupam a nossa página sete. Você sabia que existem bibliotecas recém-construídas a serem utilizadas, mas na prática isso não acontece? Mais uma vez, o **Campus** também noticia resistência. Nossos repórteres assistiram a batalhas de poesia e trouxeram detalhes da experiência para o jornal na matéria *Versos e força* da página oito.

Os vídeos das declamações do Movimento Slam podem ser visualizados em nossa página do Facebook (fb.com/jornalcampus). Em *Não posso comer ovo, e agora?*, da página seis, tratamos das alternativas encontradas para substituir o ingrediente. Apesar de pouco conhecida, a alergia atinge muita gente. Por fim, a matéria de capa desta edição dá visibilidade a uma prática que evitou que milhares de pessoas se juntassem aos mais de 650 mil detentos do sistema prisional. Em um cenário onde o DF não é a única unidade federativa em que todas as prisões operam acima da capacidade, nossa repórter acompanhou a decisão de mais de dez audiências de custódias. Como jornal universitário, a última edição de **Campus** representa não só o fim do trabalho desta equipe, mas a experiência adquirida pelos estudantes ao longo das três edições. A construção do jornal nos faz seguir aprendendo juntos.

OMBUDSMAN

É o termo que significa "provedor de justiça". Ele discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

As matérias da segunda edição do **Campus** deste semestre foram mais simples e bem menos interessantes do que as do mês anterior. Chama a atenção o fato de que, das seis reportagens, apenas uma não se refere à educação. Será o futuro do **Campus** se tornar concorrente de revistas com temática de educação? A matéria de capa, intitulada *Intercâmbio complicado*, não traz nada de novo e nenhuma denúncia surpreendente. A reportagem se inicia com um relato de uma aluna do ensino médio que terceiriza as obrigações escolares a outros colegas de escola. Por que não começar a matéria com um caso de plágio do ensino superior? Sem sombra de dúvidas, o texto ficaria mais interessante se trouxesse casos de alunos que entregaram monografias de graduação (ou até mesmo de mestrado e doutorado) feitas por outras pessoas. Mesmo assim, a reportagem não traria nada de inédito. A matéria *Os risco das pensões* é confu-

sa e pouco explicativa. Não fica claro quem, de fato, desocupou uma pensão em que estudantes universitários moravam na Asa Sul. Apesar de a reportagem trazer diversas possibilidades para o acontecimento, esse mistério não fica claro no texto. Além disso, o repórter não diz quantos alunos moravam na casa nem como eles viviam no local. A matéria do **Campus** mais completa e explicativa, sem sombra de dúvidas, é a que tem o título *Ciência fora de foco*. A reportagem elucida um programa de ciência para escolas públicas, implementado há 10 anos, que ainda traz problemas de higiene para as instituições. O texto ouve diversos atores (diretores de escolas, GDF, sindicato) e ainda traz dados de imbróglis encontrados na prestação de contas do governo referentes ao projeto. A reportagem *Método inovador de ensino* também é interessante. Ela traz um bom exemplo de inovação na rede pública de ensino.

O primeiro parágrafo da matéria *Falta prática no campus da FCE* traz um excesso de gerúndios e não situa o leitor. A última reportagem, *Reinventar para sobreviver*, parece muito com um informe publicitário. Os repórteres se utilizam quase de todo o espaço da página para fazer propaganda de uma locadora que sobreviveu à era do *streaming* e dos *downloads* ilegais. Os autores do texto sequer trazem dados dessas práticas no dia a dia do brasileiro. O grande conselho que deixo à equipe do **Campus**, deste e dos próximos semestres, é que evitem fazer edições majoritariamente com apenas um tema. O nosso jornal que trouxe matérias de suma importância para a história política da UnB não pode ser reduzido a uma publicação de *soft news*. Por **Paulo Vitor Oliveira**

MEMÓRIA



Na edição nº 365, de julho de 2011, o **Campus** pautou a realidade de detentos em regime semiaberto que cursam ensino superior. Para a matéria *Das celas para a sala de aula*, a repórter Danyele Soares esteve no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) do DF e conversou com 15 internos que cometeram diversos delitos. Eles estudavam até a meia-noite e voltavam para dormir na cadeia. Na tentativa de garantir um novo futuro, cursavam Pedagogia, Educação Física e Direito e assistiam às aulas com o sonho de seguir uma carreira profissional. Seis anos depois, o **Campus** volta a falar de segundas oportunidades. Nas páginas quatro e cinco, tratamos de audiências de custódia que determinam a necessidade da prisão ou da concessão de liberdade em casos de pequenos crimes. A repórter Bruna Rocha acompanhou julgamentos dos acusados e traz de volta a discussão da recuperação e de outras alternativas ao encarceramento.

EXPEDIENTE

Editora-chefe: Milena Marra
Diretoras de Arte: Julia Rangel e Laura Quariguazy
Editores: Leonardo Carneiro e Marcelo Tobias
Diagramação: Julia Rangel e Laura Quariguazy
Repórteres: Ana Julia Paiva, Bruna Rocha, Carol Brito, Mayara Paz, Michael Rios, Ronayre Nunes e Thallita Essi
Projeto Gráfico: Michael Rios e Thallita Essi
Professor: Solano Nascimento
Jornalista: José Luiz Silva
Gráfica: Coronário
Tiragem: 3.000

Jornal-laboratório da
Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília (UnB)

Sem acessibilidade para todos

Ônibus do DF, mesmo os novos, não têm equipamento para auxiliar deficientes visuais

Por **Thallita Essi**
Foto **Thallita Essi**

Zozimeire dos Santos, 50 anos, é deficiente visual desde que nasceu e só enxerga vultos, sem muita definição. Ela enfrenta diariamente as dificuldades de andar na capital sozinha e na maioria das vezes depende da boa vontade dos outros para ajudá-la. “A situação é difícil, mas a gente também não pode ficar em casa esperando as coisas acontecerem”, declara.

Moradora de São Sebastião, precisa do transporte público para ir à faculdade, frequentar a Biblioteca Braille em Taguatinga e fazer alguns atendimentos de massoterapia. Até hoje, nunca encontrou nenhum ônibus com sistema que permita a acessibilidade para cegos.

“A maior dificuldade da gente para pegar um ônibus é que as pessoas não querem ajudar. Eu chego à parada, peço para alguém me avisar quando chegar meu ônibus, mas se o ônibus delas vem me mandam pedir ajuda para outros, e quando não tem ninguém na parada, tenho que parar todos os ônibus. Outras vezes, os próprios cobradores não sabem o endereço e não podem me ajudar”, desabafa Zozimeire.

A norma 14.022/2005, da Secretaria Especial das Pessoas com Deficiência, estabelece parâmetros de acessibilidade no transporte público. As especificações buscam atender aqueles que apresentam alguma deficiência, seja física, auditiva, visual, mental ou múltipla.

No caso dos deficientes visuais, a norma exige que os ônibus tenham dispositivos de sinalização e comunicação, tecnologias ou equipamentos para transmitir as informações aos usuários por meio sonoro. A norma não determina o modelo ou formato do equipamento, mas deixa claro que o objetivo é garantir aos passageiros segurança e autonomia.

Fabiana Arruda, 43, professora e pesquisadora em mobilidade urbana na Universidade de Brasília (UnB), explica que são necessários dois sistemas de informação, um interno e outro externo. O primeiro para informar dentro dos ônibus, e o outro para fornecer informações nas paradas.

A realidade do transporte público no Distrito Federal está longe disso. Até hoje, 12 anos depois da primeira versão da norma sobre acessibilidade no transporte público, nem ônibus novos da capital têm esse sistema de comunicação para deficientes visuais.

De acordo com Davino Cavalcante, 57, diretor da Cootarde, uma das empresas de ônibus com frota nova, o sistema será implantado até o fim de 2017. O empecilho é a verba para custear o aparelho. “Estamos buscando recursos financeiros para instalar o mais rápido possível”, diz Cavalcante.

Os novos ônibus da Cootarde estão circulando em Taguatinga, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Brazlândia, Santa Maria e Gama. Eles precisam ser adaptados

com os sistemas de tecnologia embarcada, como o GPS, alarmes e controladores de tração, todos integrados por meio de chip. “Até que o sistema seja implantado, o cobrador ou acompanhante é quem auxilia os deficientes visuais”, informa Cavalcante.

Outra empresa que tem frota nova circulando no Plano Piloto e não apresenta acessibilidade para deficientes visuais é a Piracicabana. Procurada, a empresa não se pronunciou até o fechamento desta edição.

De acordo com Leo Carlos Cruz, 55, diretor-geral do DFTrans – órgão do GDF que cuida do transporte público –, não existe uma tecnologia desenvolvida amplamente em linha de produção para ser implementada. “A comunicação interna para os ônibus é mais viável que a das paradas”, afirma Cruz.

Assim como Zozimeire, o seu amigo José Aurélio Araponga, 51, que perdeu a visão há sete anos, reclama. “Nenhum ônibus em Brasília tem esse tipo de acessibilidade, nunca andei em algum que tivesse esse sistema sonoro de aviso sobre o trajeto”.

Araponga já enfrentou vários contratempos com o transporte público. Alguns aconteceram por distração do motorista, que passou da parada e esqueceu de informá-lo sobre o local certo a descer. Outro episódio recorrente é resultado da má vontade de motoristas, que acabam parando longe do ponto de ônibus.

Perguntado sobre a importância desse sistema sonoro, ele afirma: “Seria bem mais fácil para nós, porque passaríamos a depender menos das pessoas, principalmente na hora de parar o ônibus e pedir para descer na parada certa. Isso viabilizaria ainda mais a vida da pessoa com deficiência visual”.



José Araponga: “Seria bem mais fácil”

Com determinação e um certo pesar, Zozimeire fala sobre a transgressão dos direitos dos deficientes visuais. “A gente tem que correr atrás, lutar pelos nossos direitos.” Na semana passada, ela embarcou em um coletivo para ir à W3 Sul, e o motorista parou duas quadras depois do ponto, o que a deixou completamente perdida. O jeito foi pedir ajuda às pessoas que passavam por ali. Todo esse mal-estar poderia ser evitado se o transporte público oferecesse a comunicação direta com o usuário. “Para nós seria melhor”.



Novos ônibus da Piracicabana também não têm equipamento

À espera de julgamento

Audiências de custódia diminuem de três meses para 24 horas o tempo de prisões provisórias

Por **Bruna Rocha**
Arte **Bruna Rocha**

No dia 18 de maio, na pequena sala 2 do Fórum de Brasília, um juiz, um promotor de Justiça e uma defensora pública conversam sobre os acontecimentos do dia com os seguranças do local. A primeira das dez audiências de custódia do dia começa. A presa entra com os pés calçados em chinelos e as mãos algemadas atrás das costas. Senta em frente ao juiz, que começa a sessão de perguntas. Maria, 46 anos, dois filhos, vendedora de roupas, cursou até a 8ª série do ensino médio e é a única detenta do dia que tinha advogado.

Um dia antes, ela foi pela segunda vez presa em flagrante ao furtar um supermercado. “Roubou polpa de goiaba, biscoito”, relata o promotor de Justiça. Maria foi agredida pelos seguranças do estabelecimento e não resistiu à prisão. Por isso, o promotor e o advogado pedem liberdade sem fiança, o que é aceito pelo juiz. Ela agora deve comparecer todo mês à delegacia até que o seu julgamento seja marcado. Se tivesse furtado os produtos há dois anos, Maria teria ficado presa mais tempo até que fosse julgada.

As audiências de custódia são realizadas em até 24 horas após as prisões em flagrante. Em fevereiro de 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o projeto Audiência de Custódia em parceria com o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo. Difundido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, o projeto foi ampliado para todas as 27 unidades federativas do Brasil. No DF, além de Maria, outros 8.892 presos tiveram a oportunidade de aguardar o julgamento em liberdade desde a implantação do projeto, em outubro de 2015.



As audiências ocorrem todos os dias no fórum de Brasília, inclusive nos feriados

O projeto consiste em garantir que os presos em flagrante sejam apresentados e entrevistados pelo juiz rapidamente e que as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso também sejam ouvidas. A criação das audiências visa garantir uma espera do julgamento justa, além de inibir eventuais casos de tortura e maus-tratos que muitos presos sofrem por parte dos policiais na hora do flagrante. “Esse acesso imediato à defesa permite que ela verifique se houve maus-tratos, tortura ou algum outro modo

de coação que tenha sido ilegal”, diz Joaquim Pedro Rodrigues, membro da Comissão de Ciências Criminais da representação no DF da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Durante a audiência de custódia, não é julgada a inocência ou a culpa do preso, mas a necessidade da continuidade da prisão ou da concessão de liberdade. O juiz pode decidir entre três opções: se o acusado terá sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva, aguardando o julgamento em unidade prisional; se responderá

o processo em liberdade com ou sem imposição de outras medidas cautelares, como o pagamento de fiança ou comparecimento mensal a uma delegacia; ou se terá sua prisão relaxada e não responderá ao processo penal, caso o flagrante tenha sido ilegal. As audiências são realizadas todos os dias, incluindo finais de semana, feriados e recessos. Todos os presos em flagrante obrigatoriamente passam pelo Departamento de Polícia Especializada (DPE), no Sudoeste, e o comboio os leva para o Fórum de



Brasília diariamente. A juíza Lorena Alves Ocampos, do Núcleo de Audiências de Custódia, diz que aqui, por ser mais fácil a comunicação entre Ministério Público, Defensoria, Justiça, Polícia e Executivo, todos os processos ocorrem mais facilmente. “Por ser um território pequeno e por envolver circuncisões bem juntinhas, isso ajuda muito”, afirma.

Humanização dos processos

Com a audiência de custódia, todos têm o direito de passar por exame de corpo delito pelo IML (Instituto Médico Legal) e conversar com o advogado ou defensor público antes da sessão. Essas medidas atendem à 1ª exigência da Convenção Americana de Direitos Humanos, que afirma no artigo 7º: “toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz”.

Além de a lei se ajustar a essa convenção, a juíza Lorena Ocampos diz que ela traz a possibilidade de se humanizar o processo de avaliação do flagrante, situação que não era possível quando a análise era feita apenas no papel. “Você torna o processo mais humano, você tem condições de analisar, de ver ele (o acusado) te respondendo as perguntas. Você não tem o contato com ele só nas audiências e sim logo nesse momento, então eu acho que isso permite uma análise mais individualizada”, diz.

Quando um acusado diz que os policiais fizeram uso de violência excessiva durante a abordagem, o juiz faz uma série de perguntas sobre a abordagem, se houve ou não testemunhas, se ele é capaz de reconhecer os policiais e se a agressão deixou marcas. A denúncia é oficializada ao Ministério Público, que passa para o setor responsável - que varia em casos de maus-tratos ou tortura - e para a corregedoria das polícias - militar ou civil. Depois, o exame do IML é anexoado ao processo.

Para Carolina Costa Ferreira, doutora em Direito pela UnB e professora de Criminologia, Direito Penal e Processo Penal do UniCEUB, o

cenário ainda não é ideal e não estimula o relato de torturas. “A maioria das pessoas presas são apresentadas descalças, algemadas, na presença de mais de quatro policiais dentro de uma sala de audiência”, afirma. “Ainda que não tenha sido aquele policial específico que foi responsável pela prisão da pessoa, mas é aquele policial que vai encaminhar a pessoa caso tenha a conversão da prisão em flagrante em preventiva. É ele que vai ser responsável pela condução até a carceragem. E como você vai garantir que a pessoa não vai ser alvo de uma segunda lesão corporal?”, indaga a professora.

Espera de um ano

De acordo com o mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen), de junho de 2014, o prazo médio entre a prisão em flagrante e a primeira sessão do julgamento no Brasil era de 368 dias. Nesse tempo, o acusado permanecia preso em regime fechado, uma sentença mais severa do que a recebida após o julgamento em casos de acusados que eram inocentados ou ficavam presos em regime semiaberto. Muitos presos passam todos esses meses sem notícias sobre o caso e sem contato com o defensor público responsável pelo seu processo. O DF já tinha números melhores que a média nacional e ocupava o quarto lugar entre as unidades da federação que mais concediam liberdade provisória, permitindo que 51,38% dos acusados aguardassem o processo em liberdade.

Só no primeiro ano das audiências de custódia, de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016, quase 50 mil foram realizadas no país. Elas evitaram que 25 mil pessoas se juntassem aos mais de 650 mil presos no sistema brasileiro. Nesse período, foram coletadas 2,7 mil denúncias de tortura ou maus-tratos por parte da polícia em todo o país. No Distrito Federal, os dados estão mais atualizados e mostram que de fevereiro de 2015 a abril de 2017 foram realizadas 15.496 audiências de custódia. Nelas, 8.892 acusados puderam sair da prisão, o

Três satélites atrás das grades

Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam que há 654 mil pessoas encarceradas no Brasil. É como se toda a população das cidades-satélites Taguatinga, Samambaia e Planaltina estivesse atrás das grades. Além disso, os dados do Infopen de 2014 mostram que há uma taxa de ocupação de 161% da capacidade dos presídios. Isso quer dizer que, em um espaço concebido para manter dez presos, há, em média, 16 pessoas encarceradas.

O Brasil tem a quarta maior população prisional em números absolutos do mundo - ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia - e a quinta maior taxa de presos provisórios (41% do total, em números de 2014), atrás da Índia, Paquistão e Filipinas.

Entre 2008 e 2013, os Estados Unidos reduziram a taxa de pessoas presas em 8%. Na China, essa redução foi de 9%, e na Rússia, de 24%. Já no Brasil, essa taxa seguiu um caminho contrário e teve aumento de 33% no período.

No Brasil, há 1.424 unidades prisionais. Dessas, 51% foram concebidas com o intenção de recolher presos provisórios, enquanto apenas 18% têm como destinação originária manter presos em regime fechado. As superlotações, além de trazerem prejuízos financeiros, fazem com que muitos presidiários fiquem em condições precárias, o que vai contra os direitos civis.

De acordo com a Lei de Execução Penal, criada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) em 2011, as unidades concebidas como estabelecimento penal devem ser capazes de oferecer serviços de saúde, educação e trabalho. Porém, essa realidade está longe de ser alcançada. Apenas 49% possuem serviços de saúde, 58% de educação e 30% de trabalho.

Mais de um terço das unidades não foram construídas como unidade penal, mas adaptadas para esse fim, e nelas a situação é ainda pior. Apenas 22% possuem serviços de saúde, 40% de educação e 17% de trabalho.

O grande número de prisioneiros dentro de uma mesma cela deixa os vulneráveis à violência e à atuação de facções criminosas, que são mais difíceis de serem identificadas. Ainda segundo o InfoPen, a prevalência de infecções pelo HIV nas prisões brasileiras é mais de 60 vezes superior à média da população do país, e a de tuberculose é cerca de 40 vezes maior. As condições precárias em que vivem os detentos e a falta de dinheiro destinado à saúde contribuem para a disseminação de doenças nos presídios. No DF, todas os seis estabelecimentos penais operam acima da capacidade.

que representa 50% do total. No país, a taxa de presos provisórios diminuiu de 41%, indicada no InfoPen de 2014, para 33% de acordo com o relatório elaborado pelo CNJ em 2017. O Distrito Federal ainda é a única unidade de federação a reali-

zar 100% das audiências de custódia. Nos estados, as audiências ocorrem mais facilmente nas capitais, porém o processo ainda é muito lento em cidades do interior. O grande desafio do projeto hoje é a interiorização das audiências de custódia.

Caso a caso

Veja algumas decisões tomadas em audiências de custódia recentes no DF:

Ameaça com faca

Ajudante de pedreiro, 53 anos, cursou até a 4ª série

Uma decisão da Justiça o impedia de se aproximar da ex-mulher, que estava grávida. Foi pego ameaçando ela e a filha, também grávida, com uma faca. Já tinha sido preso outras três vezes por furto, desacato a autoridade e agressão com faca. **Decisão do juiz:** Prisão preventiva, já que é reincidente e apresenta perigo a outras pessoas

Furto sem violência

Estudante, 20 anos, ensino médio completo

Teve passagem por roubo quando menor de idade e, quando adulto, cumpriu pena de um ano e oito meses. Dois meses depois de solto, foi pego em flagrante em outro roubo, mas sem uso de violência. **Decisão do juiz:** Liberdade com comparecimento mensal à delegacia e pagamento de R\$ 450 de fiança

Escalada criminosa

Ajudante de pedreiro, 19 anos, cursou até a 8ª série

Ficou preso por um anos e seis meses e foi pego cometendo roubo depois de dois meses em liberdade. Já foi acusado de uso de porte de arma, quando adolescente, roubo, receptação e formação de quadrilha. **Decisão do juiz:** Prisão preventiva, pois está aumentando a gravidade dos crimes

Tentativa de furto

Eletricista, 24 anos, cursou até a 4ª série

Tinha chegado da Bahia havia oito dias e estava morando em uma invasão com a família, sem passagem na polícia. Foi pego em flagrante ao tentar furtar um clube e não resistiu a prisão. **Decisão do juiz:** Liberdade sem o pagamento de fiança

Não posso comer ovo, e agora?

Padarias, lojas e pesquisadores buscam substitutos para o ingrediente

Por **Mayara Paz**
Foto **Lorenza Gallo**

A alergia ao ovo, apesar de pouco conhecida, atinge muita gente. Segundo a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, é mais comum acontecer com as crianças – 8% delas sofrem com algum tipo de alergia alimentar. Na tentativa de enfrentar a falta do ovo, receitas são modificadas e alguns produtos são utilizados como substitutos. A busca por alternativas é preocupação de padarias, lojas especializadas e até de pesquisadores.

Guilherme Oliveira, que trabalha na cozinha do Café Oyá, na Asa Norte, diz que para as receitas do restaurante a ideia não é substituir o ovo, e sim eliminar. “Ele não é essencial”, afirma. Para fazer os pães para sanduíches, por exemplo, Guilherme conta que não é necessário muito mais que trigo, sal e óleo vegetal para que fiquem saborosos.

A Panificadora Cannelle, também na Asa Norte, tem uma proposta vegana e não utiliza nada de origem animal. Janaína Silva, funcionária da padaria, informa que para substituir o ovo os padeiros usam, entre outras coisas, óleo de girasol, maçã e banana.

A SOS Alergia, de Águas Claras, é uma loja especializada em fornecer produtos, serviços e informações para pessoas que sofrem com alergias alimentares. Sara Casagrande, dona da franquia, não quer revelar os produtos utilizados para substituir o ovo, mas diz achar que a importância do ingrediente em receitas é superestimada. “Acrescenta-se o ovo em muitas coisas ao longo do tempo por mito, mas, na verdade, nem precisa. Existem outras opções que deixam o alimento com a textura um pouco diferente, porém com o sabor parecido.”

Também pensando naqueles que não podem comer ovo, a nutricionista Lorenza Gallo desenvolveu, durante o mestrado em Nutrição Humana na Universidade de Brasília, um gel à base de chia hidratada. A irmã da pesquisadora teve a alergia diagnosticada aos dois anos. “Como fazer um bolo sem ovo?”, Lorenza se questionava.

A nutricionista explica que, no laboratório de técnica dietética da UnB, já se utilizava o gel de linhaça para substituir o ovo. A chia, porém, se apresentou como melhor opção devido ao teor de fibra da semente. No processo, após hidratação com água filtrada, a semente passa por cozimento, é triturada e armazenada. Na geladeira, o gel dura até 12 dias sem nenhuma contaminação microbológica. Se congelado, a vida útil é de um mês. A nutricionista explica que com 10 gramas da semente e 100 mililitros de água se faz a quantidade suficiente de gel para substituir um ovo. “Acaba saindo mais barato”, explica Lorenza.

O gel pode ser consumido pela população em geral, já que não há nenhuma contraindicação. “Teve um ano, no aniversário da minha irmã, que eu fiz cupcake sem ovo pra que ela pudesse comer, e todas as crianças comeram sem nem saber que era diferente. É questão de inclusão, porque a alimentação também tem papel social. A ideia da modificação da receita não é só atender a uma restrição alimentar, mas é que o produto seja o mais parecido possível com o original, senão não faz sentido”, acredita Lorenza.

A alergia

Em algumas pessoas, o organismo reconhece



Após ser hidratada, cozida e triturada, a chia está pronta para substituir o ovo

as proteínas do ovo como um corpo estranho e o resultado disso é a alergia ao alimento. O alergologista Valcir Alves, da Clínica de Alergia São Joaquim, no Setor Comercial Sul, explica que a alergia se dá, na maioria das vezes, devido à ingestão de proteínas presentes na clara. É preciso ficar atento aos sintomas: vermelhidão da pele, dor no estômago, náuseas, vômito, coriza. “Normalmente os sintomas aparecem em cerca de um minuto após a ingestão. Uma das reações mais graves pode ser a hipotensão e arritmia, podendo provocar até um choque anafilático”, diz o médico.

Pais de filhos alérgicos devem ficar atentos à composição de vacinas. Algumas delas, como a tríplice viral (sarampo caxumba e rubéola), utilizam a proteína do ovo. É preciso também prestar atenção aos rótulos dos alimentos. Alérgicos não podem comer nada que possua traços de ovo.

O médico explica que não há cura temporária ou permanente para a alergia. “O tratamento mais eficaz, não só para alergia ao ovo, mas para as alimentares de modo geral, é eliminar da dieta o alimento responsável pela reação alérgica”, diz. Na maioria dos casos, após alguns anos a alergia é solucionada de maneira natural.

Os alérgicos

Daniela Gonçalves, servidora da prefeitura de Florianópolis, tem que lidar com a alergia do filho ao ovo desde os seis anos de idade. Pedro, hoje com nove, também é alérgico ao leite e à soja. Daniela tentou reintroduzir o ovo na dieta da criança algumas vezes, mas não obteve sucesso. “Não ingerimos produtos que contenham ovo, soja e leite. Às

vezes ele sente um pouco, por ter vontade de comer certas coisas que não pode, mas geralmente aceita bem”, afirma Daniela, por e-mail.

Ela já viajou algumas vezes com a família para se divertir nos parques de Orlando, nos Estados Unidos, e conta que sempre leva comidas para a alimentação do filho durante o voo e só fica em hotéis que tenham cozinha no quarto. Daniela diz que os preços e variedades de produtos em supermercados nos EUA são melhores do que os do Brasil, além de haver muitas opções de restaurantes – há muito rigor nos cuidados com contaminação. “Diante de tantos outros problemas graves em crianças, esse se torna tranquilo. Temos ele (Pedro) conosco, em casa e saudável. Isso é o mais importante”.

Alice, 1 ano e 8 meses, filha da biomédica paulistana Ana Luiza Masi, sofreu com a alergia ao ovo antes mesmo de ingerir o alimento. Era um domingo, Ana Luiza estava preparando uma massa caseira com o marido e as duas outras filhas. A receita continha ovo. Alice, que assistia à cena, começou a chorar. A mãe lavou rapidamente as mãos e pegou a filha no colo. Duas horas depois, a bebê estava com o corpo cheio de manchas vermelhas, exatamente no lugar em que Ana Luiza tinha encostado.

A reação alérgica de Alice aconteceu cutaneamente, por contato. Ela tinha alergia à proteína do ovo chamada ovoalbumina. Por orientação médica, apenas um ano após o episódio Ana Luiza passou a inserir, aos poucos, ovo na dieta da filha. Deu certo. “A médica explicou que a alergia pode se comportar de diferentes formas e, ao mesmo tempo que ela pode se curar totalmente, poderia acontecer também de desenvolver ainda mais. Por enquanto, nada mais de alergia por aqui”, comemora Ana Luiza, por e-mail.

Educação sem energia

Institutos Federais de Brasília sofrem com perda de verba



A biblioteca do IFB da L2 Norte está pronta, mas desativada para economia de energia

Por **Ana Julia Paiva** e **Michael Rios**
Foto **Ana Julia Paiva**

Os dez campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) vêm enfrentando dificuldades de infraestrutura devido aos cortes orçamentários do governo. O instituto atende 16 mil estudantes no Plano Piloto e em oito cidades-satélites do DF: Planaltina, Ceilândia, Gama, Estrutural, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga. O orçamento caiu de R\$ 29,9 milhões em 2016 para R\$ 22,1 milhões neste ano, e as consequências dessa redução já são sentidas.

O diretor-geral do campus do IFB na L2-Norte, Philippe Tshimanga Kabutakapua, explica que a orientação do governo é que se diminuam os gastos nas áreas “menos necessárias”. Desse modo, houve diminuição de funcionários terceirizados em áreas de segurança, limpeza e apoio técnico. Também foi feita a desativação de laboratórios e aparelhos para economia de energia.

De acordo com Tshimanga, reuniões têm sido feitas para manter a comunicação sobre a situação. “É conhecido que as instituições federais de ensino estão passando por restrições orçamentárias, então fizemos questão de que a comunidade acadêmica soubesse do que se trata”, afirma. “Como gestor, você recebe o orçamento e deve ser transparente em tudo, quando tem muito e quando tem pouco.” Anna Carolina Uchôa, graduanda em Licenciatura em Dança no IFB, reclama

ma que uma das recentes medidas tomadas para economia interna foi o corte da energia para os chuveiros dos alunos.

O campus da Asa Norte possui uma biblioteca de três andares que, apesar de estar pronta, não vai ser utilizada por falta de verba para arcar com os custos de energia. O site oficial do campus Brasília IFB informa que a unidade recebeu mais de cinco mil novos livros, mas os títulos tiveram que ser reorga-

nos públicos com eficiência, mas não temos varinha mágica, tem que ter dinheiro. E estamos tomando medidas para não endividar o campus”, diz o diretor.

Para Pedro Henrique Isaac, professor de sociologia do campus do IFB em São Sebastião, o principal prejuízo dos cortes é para o aprendizado. “Você tem um processo de precarização do ensino”, afirma. “Daqui a pouco saímos de uma situação de excelência para um trabalho cada vez mais precário.”

As unidades estão buscando formas de fazer o governo federal rever o orçamento do IFB, e isso inclui manifestações e abaixo-assinados contra muitas das medidas tomadas. “Várias movimentações políticas estão acontecendo com articulação dos funcionários e alunos”, afirma o representante discente do curso de Licenciatura em Dança do campus do Plano Piloto, Lucas Lírio.

O reitor do IFB, Wilson Conciani, diz que os cortes vêm sendo feitos desde 2014, os problemas orçamentários do instituto são iguais aos da Universidade de Brasília (UnB) e haverá dificuldades para limpeza e manutenção das unidades. A formação dos alunos e o emprego dos professores não devem ser prejudicados, afirma. “O corte existe, é real, está dificultando o nosso orçamento e há sacrifícios muitos difíceis, mas o IFB não vai fechar”, garante.

O que o instituto oferece?

O IFB foi criado pela lei 11.892/2008 e possui uma oferta educacional que cobre um leque amplo de ensino e educação profissional. Oferece cursos técnicos e ensino superior. Na modalidade de ensino técnico integrado com o ensino médio, as aulas ocorrem durante todo o dia, e o aluno deixa a instituição podendo seguir para o mercado de trabalho na área escolhida. Há uma variedade de cursos gratuitos, e as inscrições são presenciais ou pelo endereço eletrônico processoseletivo.ifb.edu.br.

nizados em pequenas salas porque a biblioteca não tem condições de funcionar. “Estamos vendo como conseguir orçamento para pagar a conta de luz, não temos previsão orçamentária para o meio do ano e, para abertura da biblioteca, iríamos praticamente dobrar os gastos com a energia”, lamenta Tshimanga.

Além da biblioteca, a unidade possui duas piscinas que estão desativadas. O diretor afirma que não basta uma estrutura apenas estar pronta para ser usada, há preocupação em se certificar de que todas as medidas de segurança e limpeza poderão ser mantidas, e isso envolve custos. “Precisamos usar os recur-

Versos e força

Movimento Slam apresenta nova versão para a literatura poética: mais oral, de resistência e competitiva

Por **Carol Brito** e **Ronayre Nunes**

Aquele domingo de maio estava mais frio que o habitual. Já passava das 17h quando um grupo começou a se reunir na Olaria Cultural, pequena casa transformada em centro comunitário na cidade-satélite de São Sebastião. Uma das presentes, Tatiana Nascimento – mais conhecida como Tati –, deu início à declamação de poemas da tarde. “Vamos gente, quem quer começar?”, convidou enquanto arrumava as cadeiras do local. O encontro foi organizado por redes sociais e fazia parte do movimento Slam Das Minas.

O Slam, movimento literário que começou no início da década de 1990 em Chicago, nos Estados Unidos, funciona como uma competição de poesia. As batalhas, em geral, são relativamente simples: basta um poema previamente escrito e sua performance em público. O poeta, ou a poetisa, tem três minutos para declamar e em seguida um grupo de jurados aponta questões técnicas que levarão os competidores a uma nova fase.

Segundo Paulo Henrique Vieira, pesquisador do Departamento de Teoria Literária e Literatura da Universidade de Brasília, o trunfo do Slam está ligado a sua capacidade de conexão com as pessoas – que transcende livros ou meios físicos. “O Slam tem um caráter de uma poesia mais associada ao dinamismo, isso o torna muito próximo das pessoas”, indica Vieira.

No Brasil, o movimento começou a ser estruturado por Roberta Estrela D’Alva no ano de 2007, em São Paulo. Ela explica como ocorreu esse primeiro contato: “Viajei aos EUA para uma pesquisa e foi a primeira vez que vi o Slam. Foi em um bairro porto-riquenho de Nova York, eles [os competidores] declamavam os poemas de uma forma tão forte, aquilo chamou minha atenção.” Nasceu assim o primeiro Slam brasileiro, o ZAP – Zona Autônoma da Palavra.

Roberta foi a Paris acompanhar o 14º Campeonato Mundial de Poesia Slam, que aconteceu entre os dias 22 e 28 de maio. “Estima-se que existam mais de 500 comunidades de Slam em todo o mundo. Em qualquer lugar que você pensar existe um Slam, de Moscou a Madagascar”, pondera. Se Roberta é a expoente mundial do Slam Brasileiro, Will, Tati, Nanda, Pretais e Kika representam o tamanho do movimento em Brasília. Cada um com suas próprias histórias e desafios, eles levam através dos versos um novo universo ao movimento.

Poesia na cara

“Poesia”. O substantivo feminino tatuado na testa, acima da sobrancelha direita de Will Junio – sem o ‘r’ no final mesmo –, é uma das primeiras coisas que nota-se no homem de quase dois metros de altura e 27 anos. Junio, morador do Novo Gama, é um dos organizadores do Slam DéF, um dos mais tradicionais da capital. Ele explica um pouco a essência do movimento: “O Slam é uma batalha de poesia, certo? E, nesse cenário que nós vivemos da atual política, nada mais justo do que você dar espaço para o

pessoal falar, poder expressar sua indignação ou sentimento, mas também é muito importante a gente entender que o Slam não tem uma finalidade política apenas. Pode ser tanto a questão militante ou pode ser também diversão”, argumenta.

A voz das minas

Força. Tati, 36 anos, pode até não ter o substantivo tatuado, mas é a característica que mais se sobressai em suas palavras. Uma das organizadoras do Slam Das Minas, Tati – aquela do começo do texto – é a prova de que a força do gênero pode ultrapassar barreiras históricas usando a ferramenta da poesia. “Conheci o trabalho da Roberta, e aí o Will e uma outra pessoa montaram o Slam daqui, que era o primeiro Slam de Brasília. Depois, fui a um outro Slam que teve e comecei a achar muito peculiar que só os caras falavam. No dia estava a Valéria Matos, que foi uma das pessoas que fundou o movimento comigo, aí eu falei pra ela: ‘Vamos montar um Slam só pras minas? Pra não ficar esse rolê de só os caras falarem?’. Ela respondeu ‘vamos’. E então criamos”, relembra. Tati ainda completa: “Não é difícil, saca? Basta ter a força pra chamar a galera e fazer ouvir a sua voz.”

Possibilidade

Uma chance. É assim que Pretais, 19, representante de Brasília na competição nacional do ano passado, define o Slam. “Eu acho que o Slam me apresenta uma possibilidade, sabe? Representa um foco na nossa autoestima, impulsiona a gente, nos leva a outra dimensão, outros espaços, a conhecer outros poetas. A oportunidade que eu tive de ir pra São Paulo no ano passado, por exemplo, foi assim: uma coisa que nunca eu, como mulher negra da periferia, imaginei que chegaria, e o Slam me trouxe isso.”

Minha identidade

A compositora, poetisa e escritora Nanda Pimenta, 25 anos, que lançará o primeiro livro da carreira em julho, conseguiu o prêmio de primeiro lugar no Slam DéF na primeira vez que participou, em 2015. Nanda também apresenta seus poemas no Slam Das Minas e aponta o quanto as dificuldades de ser uma mulher, negra e periférica a tornam mais forte através dos poemas. “Eu cursava artes cênicas. Tranquei e voltei, tranquei de novo e agora não posso mais trancar, tô pensando ainda aqui (o que fazer). Eu me sentia muito sozinha lá. Eu era a única negra da turma. E com certeza isso é muito forte na minha poesia, ter a certeza de ter uma voz, de poder falar, torna essa experiência muito importante para mim”, conta entre lágrimas.

Tem trans, sim. E se reclamar, vai ter mais

Outro sucesso, que alcançou o 2º lugar no Slam do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), realizado no Rio de Janeiro em 2016, foi a brasiliense Kika Senna. Transexual, Kika mostra quanto o Slam pode ser um espaço com as portas abertas para a expressão. “É um espaço diferente do cinema e do teatro, é mais democrático. No Slam você só chega e participa, seja quem você for. Você tem a chance de refletir sua realidade”, sustenta. “Agora, com minha participação, talvez mais pessoas trans passem a participar do movimento, porque eu não vejo muito isso acontecendo.”

Descubra mais:

Para conferir trechos das apresentações realizadas pelo Slam Das Minas, você pode acessar a página do jornal **Campus** no endereço eletrônico: facebook.com/jornalcampus/

Tati Nascimento: “Para mim, o paraíso queer ia ser deitar do teu lado, ver seu rosto dançando na fumaça, a cortina respirando sua janela, pulmão a céu aberto” // Pretais: “Eu. Eu quero escutar o silêncio no peito, que nasce do nada. A cantoria das águas que perfuram o infinito e apaziguam a alma, a lealdade das ondas, que se perdem, que se balançam no encontrar” // Nanda Pimenta: “A palavra nega, a palavra muda. A palavra que me cala. Hoje não me cala mais. Não me cala mais. A sua palavra não me determina mais. A sua palavra não me determina. Porque hoje, eu sou mais eu” //